

ADS-ASSOCIAÇÃO DO DIVINO SALVADOR ESTATUTO RELIGIOSO

CAPÍTULO PRIMEIRO ORIGEM DA IDÉIA

“A Sociedade Apostólica Instrutiva dá muita ênfase ao apostolado leigo, recordando aos superiores, pais, professores, enfim, aos que exercem qualquer tipo de liderança, o dever de consciência de exercerem o apostolado.”

(CIP 20, p.21)

Art. 1º. Movido por uma profunda experiência de Deus Salvador, pela situação da Igreja e pela realidade do mundo de seu tempo, Venerável Pe. Francisco Maria da Cruz Jordan viu e sentiu fortemente a necessidade de que todas as pessoas conhecessem o Deus único e verdadeiro e a Jesus Cristo, o Salvador, fazendo a experiência de vida em abundância.

Art. 2º. Sua visão foi a de unir e envolver todas as forças em favor da vida, na Igreja e na Sociedade, para que amem e proclamem Jesus como Salvador, no mundo carente de vida e salvação. Para isso, propõe a utilização de todos os modos e meios que o amor de Cristo inspira, dando especial ênfase à convocação, formação e envolvimento do/a apóstolo/a.

Art. 3º. Hoje, a Família Salvatoriana é formada por três ramos autônomos: a Sociedade do Divino Salvador (padres e irmãos), a Congregação das Irmãs do Divino Salvador (irmãs), e a Comunidade Internacional do Divino Salvador (International Community Divine Savior - ICDS), no Brasil denominada Associação do Divino Salvador (ADS), unidos em torno da mesma espiritualidade e missão.

Art. 4º. Venerável Pe. Jordan empenhou-se incansavelmente para manter os/as leigos/as como parte integrante da Família Salvatoriana. Por isso, buscou criar condições para que pudessem integrar-se e exercer a missão salvatoriana em seu ambiente de vida e trabalho.

CAPÍTULO SEGUNDO CONCEITO E FINALIDADE

“Eis os santos apóstolos, percorrendo o universo e evangelizando a todos! Ó zelo inescrutável! Ó dom de Deus, tantas vezes desprezado e reprimido quando, por qualquer coisa, se consideram escusados!” (DEI 138,6-7)

Art. 5º. A Associação do Divino Salvador congrega pessoas que, animadas pelo carisma salvatoriano, assumem juntamente com os/as religiosos/as salvatorianos/as um compromisso efetivo com a missão da Família Salvatoriana, sem se desligar de seu ambiente e de seu estado de vida.

Art. 6º. A Associação do Divino Salvador (ADS) tem estrutura e coordenação próprias, previstas no capítulo quarto deste Estatuto.

CAPÍTULO TERCEIRO PERFIL DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DO DIVINO SALVADOR

“Seguindo as pegadas do Salvador, a exemplo dos apóstolos, somos chamados e chamadas a viver e anunciar o amor incondicional de Deus, dando continuidade à obra salvífica de Jesus, anunciando a salvação a toda criatura, e a libertação de tudo aquilo que constitui uma ameaça à vida plena”(cf MT 28,19-20; Mc 16,15). DFS

VOCAÇÃO

Art. 7º. Como Família Salvatoriana somos chamados/as a tornar Jesus, o Salvador, conhecido e amado por todos/as, participando da missão da Igreja e a viver a vocação batismal, recriando os ideais de Venerável Pe. Jordan, por meio do testemunho de vida e de ação, em resposta aos apelos da Igreja e da realidade em que vivemos. Esta vocação cristã, nós a compartilhamos com todo o Povo de Deus.

Art. 8º. Assim como o projeto original do Venerável Pe. Jordan evoluiu ao longo do tempo, estamos abertos/as ao Espírito Santo, aonde quer que Ele nos conduza no futuro.

Art. 9º. O chamado para a vida e a missão salvatoriana pode ser assumido de várias maneiras, conforme a diversidade dos carismas. Com efeito, a uns o Senhor chama para assumir a missão salvatoriana como religiosos/as, a outros, como leigos/as. Vivemos nosso chamado na igualdade e complementaridade, de acordo com nossos diferentes estados de vida, dons e culturas.

Art. 10º. Como leigos/as salvatorianos/as, respondemos ao chamado de Deus intensificando nossa vocação cristã à santidade e à ação apostólica. Somos chamados/as a ser apóstolos/as, vivendo no mundo nossa vocação, na família, na vida profissional e num amplo contexto de vida eclesial, social e política.

MISSÃO

Art. 11. Como leigos/as, assumimos a mesma missão salvatoriana, juntamente com os religiosos/as, testemunhando com a nossa vida e proclamando a toda criatura, com a nossa ação apostólica, a mensagem da salvação por nós experienciada, e a libertação de tudo aquilo que constitui uma ameaça à vida plena.

Art. 12. Por nossa maneira de viver e de agir, testemunhamos os valores evangélicos na vida pessoal, familiar, profissional, social, política e eclesial, envolvendo, assim, outras pessoas na vivência da fé.

Art. 13. Comprometemo-nos em ser apóstolos/as no ambiente em que vivemos, participando ativamente na vida da Igreja Local, Particular e Universal. Empenhamo-nos em intervir nos ambientes e esferas da sociedade humana que ainda requerem uma primeira evangelização ou uma reevangelização. Por princípio, utilizamo-nos de todos os modos e meios que o amor de Cristo inspira, participando da missão da Igreja em obras próprias da Família Salvatoriana e em outras ações em favor da vida.

Art. 14. Esforçamo-nos não só para ser discípulos/as e apóstolos/as, mas também procuramos animar outros/as cristãos/ãs a serem verdadeiros/as discípulos/as e apóstolos/as, envolvendo-os/as em diferentes atividades apostólicas e na animação vocacional para os diversos ministérios eclesiais.

Art. 15. Empenhamo-nos para que toda a nossa vida e ação sejam apostólicas, no espírito da universalidade, que nos pede:

- I. Estar abertos/as aos clamores e desafios do nosso tempo;
- II. Somar forças, envolvendo outras pessoas na missão, assumindo a defesa da vida onde ela estiver ameaçada;
- III. Tornar a mensagem de Jesus Salvador acessível às pessoas de qualquer cultura, raça, etnia, classe social, nacionalidade e religião;
- IV. Praticar o diálogo com outras culturas e religiões.

Art. 16. Esforçamo-nos em crescer cada vez mais, nesse espírito apostólico, sendo forças vivas para a renovação da Igreja e da sociedade.

ESPIRITUALIDADE

Art. 17. Nossa espiritualidade, vivida na realidade do mundo, fundamentada na experiência de Deus Uno e Trino a nós legada por Venerável Pe. Jordan e assumida pela Bem-aventurada Maria dos Apóstolos e outros leigos, tem como modelo, centro e fonte de inspiração o Divino Salvador.

Art. 18. No espírito do Fundador e a exemplo dos Apóstolos, empenhamo-nos em seguir Cristo Salvador, procurando crescer constantemente na fé, na esperança e no amor cristão. Esforçamo-nos, pessoal e comunitariamente, em desenvolver nossas qualidades humanas e espirituais por meio do estudo, da oração, da meditação e da contemplação, alicerçadas na Palavra de Deus e na prática dos sacramentos.

Art. 19. Animados/as por um autêntico espírito apostólico, comprometemo-nos com a salvação de todas as pessoas, conscientes de que Deus, no seu infinito amor pela pessoa humana, quer que todos/as sejam salvos/as. Vivemos nossa missão apostólica em íntima união com Maria, Mãe do Salvador, e com os apóstolos, na alegria, na simplicidade, na disponibilidade, na abertura e na bondade, que são características da Família Salvatoriana.

Art. 20. Nossa união fraterna nos leva à ajuda mútua e à oração pelos membros da Família Salvatoriana, particularmente por aqueles/as que se encontram em dificuldades e necessitam de nosso apoio. Igualmente lembramos, em nossas orações, os irmãos/ãs falecidos/as, pelos quais também celebramos a Eucaristia.

Art. 21. A fidelidade à nossa vocação cristã, à nossa missão apostólica e à espiritualidade salvatoriana, alicerça-se numa intensa vida de oração e na capacidade de abraçar a cruz, nutrindo uma confiança inabalável na Divina Providência.

CAPÍTULO QUARTO ESTRUTURA E COORDENAÇÃO

*“Você pode planejar quanto quiser;
mas se as pessoas não têm o espírito, de nada valerá!”*

(Pe. Jordan, in Anais)

Art. 22. A Associação do Divino Salvador¹, a Sociedade do Divino Salvador e a Congregação das Irmãs do Divino Salvador constituem a Família Salvatoriana. O relacionamento entre as partes é regulamentado pela Declaração da Família Salvatoriana, pelo Estatuto Religioso da Associação do Divino Salvador e pelas Regras de Vida das duas Congregações, de acordo com as leis comuns da Igreja.

Art. 23. A Associação é regida por Estatuto próprio, aprovado ou modificado pela Assembleia Nacional da ADS, com maioria de 2/3 dos votantes, e confirmado pela Colaboração Inter Salvatoriana (CIS).

Art. 24. A Associação está organizada em grupos, com número inicial em torno de doze membros (lembrando os doze Apóstolos). Cada grupo é identificado por um nome significativo para a missão salvatoriana, e presidido por uma coordenação própria, com mandato bianual. A coordenação é composta por quatro membros, três eleitos pelo grupo: coordenador/a, tesoureiro/a e secretário/a, e pelo/a assistente espiritual nomeado/a pela respectiva Coordenadora Provincial ou Coordenador Provincial ou Coordenador/a Nacional da ADS.

I. Para a criação de grupos da ADS serão observados os seguintes critérios:

- a) a indicação de pessoas pode partir de religiosos/as ou leigos/as, coordenados por um/a assistente espiritual provisório/a;
- b) na indicação de pessoas para a formação de novos grupos e para o período de formação inicial na Associação do Divino Salvador são observadas as seguintes condições:
 - ser pessoa com vivência cristã;
 - ter maturidade suficiente de acordo com a idade;
 - ter disponibilidade para viver o espírito da Família Salvatoriana, e para colaborar com sua missão;
 - sintonizar com o carisma, a espiritualidade e a missão salvatoriana;
 - dispor-se a participar do programa de formação.
- c) o/a Assistente Espiritual provisório/a, juntamente com quem indicou as pessoas, formaliza o convite e as pessoas que aceitarem, formam o novo grupo e se lhes apresenta a proposta da ADS.
- d) o/a Assistente Espiritual provisório/a e o/os representante/s dos grupos da ADS existentes no local solicita/m à Coordenação Regional a aprovação para a criação de um novo grupo da ADS, apresentando a lista com os dados dos/as candidatos/as ao novo grupo, juntamente com o seu parecer.
- e) a Coordenação Regional solicita, por escrito, à Coordenação Nacional a nomeação do/a Assistente Espiritual; (art. 31 item II)
- f) dar início ao processo de Formação Inicial.

II. O processo de formação inclui as seguintes etapas:

- a) um período inicial para os primeiros contatos e informações;
- b) um período de formação inicial, com a duração mínima de dois e no máximo de três anos, com uma fase de iniciação e outra de aprofundamento;
- c) formação permanente.

III. O conteúdo mínimo para a formação inicial compreende:

- a) formação cristã básica;
- b) formação espiritual e prática da vida de oração;
- c) conhecimento do carisma, da missão, espiritualidade e história salvatoriana;
- d) preparação para a vida apostólica e exercício do apostolado;
- e) iniciação no modo de ser Igreja à luz do Carisma;
- f) conhecimento dos Estatutos da ADS.

IV. Após a formação inicial, a pessoa solicita à Coordenação Nacional, através da Coordenação Regional, sua admissão para os primeiros compromissos ou comunica sua decisão de deixar a ADS.

V. Para a admissão ao compromisso na Associação do Divino Salvador requer-se que o/a candidato/a:

- a) tenha concluído o período de formação inicial de no mínimo dois e no máximo três anos;
- b) encaminhe seu pedido por escrito, em duas vias, à Coordenação Nacional, através da Coordenação Regional, com o parecer do/a Assistente Espiritual do grupo e da Coordenação Regional, com, no mínimo, 60 dias de antecedência;
- c) tenha maturidade suficiente;
- d) aceite e se comprometa com a proposta da ADS;
- e) tenha disposição para participar das reuniões e do retiro anual da ADS;
- f) seja aceito pela Coordenação Nacional.

VI. O conteúdo básico para a formação permanente compreende:

¹ Em nível internacional a ADS recebe o nome de International Community Divine Savior, sob sigla ICDS.

- a) aprofundamento do Carisma, Missão e Espiritualidade Salvatoriana;
- b) estudo dos Documentos da Igreja;
- c) estudo da Doutrina Social da Igreja;
- d) conhecimento da realidade sócio-político-econômica do Brasil;
- e) aprofundamento bíblico-teológico;
- f) conhecimento do papel do/a leigo/a na família, na Igreja e na sociedade.

VII. No processo de formação são usadas diversas formas e meios:

- a) reuniões mensais;
- b) encontros periódicos;
- c) retiros;
- d) estudos e leituras individuais;
- e) momentos de celebração e confraternização;
- f) cursos de formação específica.

VIII. Quando o grupo ficar reduzido a menos de 7 membros, este poderá unir-se a outro grupo que exista próximo. Não havendo outro grupo próximo, convidar novos membros para complementar o grupo, desde que seja assegurada a formação inicial aos novos membros, observando o que prevê o item I deste artigo, na íntegra.

Art. 25. É da competência da equipe de coordenação do grupo:

- I. animar a vida e a missão do grupo;
- II. promover a formação inicial e permanente dos membros do grupo;
- III. buscar e promover a convivência fraterna com a Família Salvatoriana;
- IV. promover o intercâmbio entre os grupos da ADS.

Art. 26. São atribuições do/a Coordenador/a:

- I. representar o grupo;
- II. presidir as reuniões e demais atividades do grupo;
- III. ser elo com a Coordenação regional e demais grupos;
- IV. assegurar a formação inicial e permanente do grupo;
- V. encaminhar para o respectivo Coordenador Regional, com antecedência de 60(sessenta) dias, os pedidos para os compromissos dos membros do grupo.

Art. 27. São atribuições do/a Secretário/a:

- I. substituir o/a Coordenador/a em sua ausência ou impedimento;
- II. redigir as atas das reuniões;
- III. cuidar da correspondência do grupo;
- IV. manter organizado o arquivo do grupo.

Art. 28. São atribuições do/a Tesoureiro/a:

- I. receber as contribuições do grupo;
- II. remeter a contribuição do grupo para a Regional;
- III. manter organizado o controle financeiro do grupo;
- IV. manter o grupo informado sobre a situação financeira do mesmo.

Art. 29. São atribuições do/a Assistente Espiritual:

- I. representar o grupo nos encontros de assistentes espirituais;
- II. participar de equipes de elaboração de material formativo;
- III. auxiliar nos retiros do grupo;
- IV. acompanhar a evolução espiritual do grupo, incentivando, apoiando, desafiando e propondo iniciativas para o crescimento do grupo;
- V. dar parecer sobre os membros, quando da solicitação de compromissos.

Art. 30. Os grupos existentes numa determinada região são animados por uma Coordenação Regional, composta por cinco membros nas funções de coordenador/a, vice-coordenador, secretário/a tesoureiro/a, e assistente espiritual, com mandato de três anos, podendo haver uma reeleição. O/a coordenador/a, o/a vice-coordenador/a, o/a secretário/a e o/a tesoureiro/a são eleitos em Assembleia Regional com a maioria absoluta dos votos (cinquenta por cento mais um dos votantes com compromisso) e o/a assistente espiritual é nomeado/a pela respectiva Coordenadora Provincial ou Diretor Provincial.

- I. Uma Regional é constituída por, no mínimo, três grupos com compromisso assumido. A iniciativa para a formação de uma Regional compete aos grupos que integram uma determinada região ou à Coordenação Nacional, sempre com a aprovação da Coordenação Nacional;
- II. cada grupo poderá indicar pelos menos um/a candidato/a para assumir a Coordenação Regional;
- III. os/as candidatos/as que concorrerem à eleição, formam previamente suas chapas e as apresentam para conhecimento dos demais membros da Regional;
- IV. cada candidato/a deverá participar de uma única chapa;
- V. A Assembleia Regional é composta por todos os seus membros com compromissos

assumidos. Reúne-se ordinariamente a cada três anos e extraordinariamente sempre que necessário. A convocação será feita por carta, com antecedência de 30 (trinta) dias e instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 31. É da competência da equipe de Coordenação Regional:

- I. autorizar o início oficial de novos grupos;
- II. solicitar, por escrito, à Coordenação Nacional, um/a assistente espiritual, antes do início do grupo;
- III. apresentar à Coordenação Nacional, com no mínimo 60 dias de antecedência, o pedido de admissão de pessoas para o primeiro compromisso, após a conclusão da formação inicial, assim como o pedido de renovação de compromissos, acompanhado dos pareceres do/a assistente espiritual e da respectiva Coordenação Regional;
- IV. animar a vida dos grupos;
- V. prover a formação inicial e permanente dos membros dos grupos;
- VI. manter um arquivo incluindo ficha individual de cada membro da respectiva Regional;
- VII. incentivar os associados no cumprimento do seu dever na manutenção da ADS;
- VIII. manter a documentação da tesouraria em ordem;
- IX. fazer o orçamento anual incluindo a contribuição à Coordenação Nacional, até 15 de novembro de cada ano;
- X. criar Microrregiões com seus respectivos representantes em função das necessidades.

Art. 32. São atribuições do/a Coordenador/a Regional:

- I. representar a Regional;
- II. presidir os trabalhos da equipe de Coordenação Regional;
- III. ser elo entre os grupos e a Coordenação Nacional;
- IV. promover a integração e a unidade entre os grupos da Regional;
- V. animar a vida e a missão da Regional;
- VI. convocar e presidir as Assembleias Regionais;
- VII. apresentar, à Assembleia Regional, relatório das atividades do triênio;
- VIII. enviar as atas da Assembleia Regional à Coordenação Nacional;
- IX. visitar os grupos da Regional por si ou por outros;
- X. participar da Coordenação Geral da CIS.

Art. 33. São atribuições do/a Vice-Coordenador/a Regional:

- I. substituir o/a Coordenador/a Regional em sua ausência ou impedimento;
- II. desempenhar outras funções que lhe forem confiadas pelo/a Coordenador/a Regional.

Art. 34. São atribuições do Secretário/a Regional:

- I. substituir o Coordenador/a Regional em sua ausência ou impedimento;
- II. redigir as atas das reuniões da Coordenação Regional e das Assembleias Regionais;
- III. cuidar da correspondência da Regional;
- IV. manter o arquivo da Regional organizado e atualizado, incluindo as fichas individuais.

Art. 35. São atribuições do/a Tesoureiro/a Regional:

- I. receber as contribuições dos grupos;
- II. administrar as finanças da Coordenação Regional;
- III. remeter a contribuição da Coordenação Regional à Coordenação Nacional;
- IV. manter a contabilidade da Regional organizada;
- V. enviar ao Tesoureiro/a Nacional e ao Contador/a da ADS o balancete trimestral, até o 20º dia do mês seguinte ao trimestre e o balanço anual, no máximo até fevereiro do ano seguinte, com a respectiva documentação;
- VI. informar trimestralmente a situação econômico-financeira aos grupos.

Art. 36. São atribuições do/a Assistente Espiritual da Coordenação Regional:

- I. representar a Coordenação Regional nos encontros de assistentes espirituais;
- II. participar de equipes de elaboração de material formativo;
- III. acompanhar a equipe da Coordenação Regional, incentivando, apoiando, desafiando e propondo iniciativas para o crescimento da mesma.

Art. 37. São atribuições do representante da microrregião ser elo entre a coordenação regional e os grupos, auxiliando a coordenação em seus trabalhos, retiros e atividades, dinamizando e envolvendo mais pessoas.

Art. 38. A Associação do Divino Salvador é dirigida por uma Coordenação Nacional, composta de um Coordenador/a, um/a Vice-Coordenador/a, um/a Secretário/a e um/a Tesoureiro/a eleitos em Assembleia Nacional, conforme art. 19 do Estatuto Social, e um/a Assistente Espiritual, para um mandato de três anos, sendo admitida a reeleição.

Art. 39. É da competência da Coordenação Nacional:

- I. admitir candidatos/as ao compromisso;
- II. desligar, em casos graves, membros da Associação;
- III. animar a vida e promover a unidade da Associação;
- IV. manter um arquivo atualizado com os documentos referentes à Associação e seus membros;
- V. criar novas Regionais;
- VI. nomear assistentes espirituais de grupos, dentre os membros com compromisso, que tenham formação específica e tenham sido avaliados pelo/a assistente espiritual da Coordenação Nacional, em consonância com o artigo 42 deste Estatuto;
- VII. criar assessorias conforme as necessidades.

Art. 40. São atribuições do/a Coordenador/a Nacional:

- I. representar a Associação do Divino Salvador;
- II. ser o elo da ADS junto à International Community Divine Savior (ICDS);
- III. participar da Colaboração Intersalvatoriana (CIS), conforme o Estatuto da mesma;
- IV. coordenar os trabalhos da equipe da Coordenação Nacional;
- V. ser o elo entre as Coordenações Regionais;
- VI. promover a unidade entre as Coordenações Regionais;
- VII. animar a vida e a missão da ADS;
- VIII. convocar e presidir as Assembleias Gerais;
- IX. visitar as Coordenações Regionais por si ou por outros;
- X. apresentar à Assembleia Nacional relatório das atividades do triênio;
- XI. autorizar as Coordenações Regionais a movimentar contas bancárias;
- XII. delegar a outros as atribuições que forem convenientes;
- XIII. solicitar ao Diretor Provincial ou à Coordenadora Provincial, Assistentes Espirituais para a Coordenação Nacional e para as Coordenações Regionais;
- XIV. receber, por si ou por outros/as, os compromissos dos membros da ADS;
- XV. apresentar os representantes da ADS nos projetos da CIS.

Art. 41. São atribuições do/a Vice-Coordenador/a Nacional:

- I. substituir o/a Coordenador/a Nacional em sua ausência ou impedimento;
- II. desempenhar outras funções que lhe forem confiadas pelo/a Coordenador/a Nacional.

Art. 42. São atribuições do/a Secretário/a Nacional:

- I. redigir as atas das reuniões da Coordenação Nacional e da Assembleia Nacional;
- II. cuidar da correspondência da Coordenação Nacional;
- III. manter organizado e atualizado o arquivo da Associação;
- IV. responder pela comunicação da Associação.

Art. 43. São atribuições do/a Tesoureiro/a Nacional:

- I. receber as contribuições das Coordenações Regionais e outras receitas eventuais e administrar as finanças da Associação;
- II. manter organizada a contabilidade da Associação;
- III. elaborar o balancete mensal e o balanço anual, e apresentar balanço trienal à Assembleia Nacional;
- IV. manter atualizada a documentação jurídica e contábil da Associação;
- V. elaborar o orçamento anual da Associação;
- VI. informar, trimestralmente, a situação econômico-financeira da Associação às Coordenações Regionais;
- VII. enviar a contribuição anual da Associação à ICDS.

Art. 44. É atribuição do/a Assistente Espiritual da Coordenação Nacional:

- I. representar a Coordenação Nacional nos encontros de assistentes espirituais;
- II. participar de equipes de elaboração de material formativo;
- III. avaliar os associados indicados para assistente espiritual de grupo;
- IV. acompanhar a equipe Nacional, incentivando, apoiando, desafiando e propondo iniciativas para o crescimento da ADS;
- V. participar das reuniões da CIS, juntamente com o/a Coordenador/a Nacional.

Art. 45. A Assembleia Nacional, quando reunida, é a autoridade maior da Associação em nível nacional. Reúne-se ordinariamente de três em três anos e, extraordinariamente, sempre que necessário, convocada pelo/a Coordenador/a Nacional, por iniciativa própria ou a pedido de 2/3 dos membros com compromisso.

Art. 46. São integrantes da Assembleia Nacional:

- I. os membros da Coordenação Nacional;
- II. os membros das Coordenações Regionais;
- III. um/a delegado/a com compromisso de cada grupo.

Parágrafo único: Tem direito de votar e de ser votado, em processos decisórios, o(a) delegado(a) membro da ADS com compromisso assumido.

Art. 47. A Coordenação Nacional poderá convidar outras pessoas. Os/as convidados/as não gozarão do direito de votar e ser votados.

CAPÍTULO QUINTO DOS COMPROMISSOS

Sabes que estás consagrado inteiramente ao Senhor. Só Ele tem direito de reivindicar tuas qualidades. Portanto, só podes querer se e porque Deus quer. (DI, 11)

Art. 48. Tendo sido aceito/a pela Coordenação Nacional, o/a candidato/a assume um compromisso com a Associação pelo período de um ano.

Art. 49. O mesmo consiste no comprometimento com Cristo e sua obra salvífica, como intensificação do compromisso batismal, vivido no espírito do Fundador e voltado para a realização da missão salvatoriana.

Art. 50. FÓRMULA DO COMPROMISSO:

Senhor Jesus Cristo, Salvador do mundo, para intensificar meu compromisso batismal, eu, _____, comprometo-me, perante _____, o/a Coordenador/a Nacional (ou seu/sua representante), por um ano, com a missão salvatoriana na Igreja, colaborando na salvação de todas as pessoas conforme nos propõe nosso Fundador, Venerável Pe. Francisco Maria da Cruz Jordan, segundo o Estatuto da Associação do Divino Salvador. Como apóstolo/a leigo/a, quero me empenhar, com meu testemunho de vida e minha ação apostólica, para que Cristo Salvador seja conhecido e amado por todas as pessoas. Contando com a graça de Deus, com a intercessão de Maria, Mãe do Salvador, e dos Apóstolos, e com o apoio da Família Salvatoriana, espero cumprir fielmente este meu compromisso.

Art. 51. Se um membro do grupo, por qualquer motivo, não renovar o compromisso no prazo previsto, o/a respectivo/a coordenador/a deverá informar a Coordenação Regional para as devidas providências.

I. a não renovação do compromisso temporário no prazo estabelecido, sem razão justificada, implicará no desligamento do membro da Associação.

II. no caso de razão justificada, o membro deverá renová-lo o mais breve possível.

Art. 52. O compromisso é renovado anualmente perante o/a Coordenador/a Nacional ou seu/sua representante.

Parágrafo único: O compromisso deverá ser renovado no mês de junho, preferencialmente em celebrações públicas, e por devoção para leigos com compromisso definitivo.

Art. 53. O termo do compromisso é assinado em duas vias pelo respectivo membro da Associação e pelo/a Coordenador/a Nacional, ou seu/sua representante, e arquivado nas respectivas secretarias da Coordenação Regional e da Coordenação Nacional.

Art. 54. O eventual desligamento de um membro é da competência da Coordenação Nacional. O pedido de desligamento deve ser encaminhado por escrito.

Art. 55. A iniciativa para o desligamento pode ser tomada tanto pelo próprio membro, quanto pela Coordenação Nacional, ouvido o parecer do respectivo grupo e da Coordenação Regional.

Parágrafo único: Ausências prolongadas das atividades da Associação superiores a três meses, não justificadas, assim como faltas graves, poderão justificar o desligamento do membro.

CAPÍTULO SEXTO: MANUTENÇÃO FINANCEIRA DA ASSOCIAÇÃO

“Dado que para fazer o bem também se necessita de meios, nossa Sociedade apela a todos os sócios para que contribuam, segundo as suas possibilidades, com uma oferta mensal ou anual...”

(II Monitore Romano, Ano I, nº2, Maio de 1881; CIP 11, p.17)

Art. 56. A Associação se mantém, essencialmente, por meio de uma contribuição mensal dos grupos com o objetivo de formar um caixa comum para as despesas de administração, formação e apostolado, das Coordenações Regionais, da Coordenação Nacional e da ICDS.

I. Todo membro com compromisso assumido contribui individualmente ou através do grupo, para a manutenção financeira da ADS, prevista nos orçamentos das Coordenações Regionais e da Coordenação Nacional.

II. a manutenção financeira da ADS poderá ser feita também por meio de promoções, doações, contribuição de benfeitores e outros.

Art. 57. A Coordenação Nacional, através de orçamento consolidado com as Coordenações Regionais, deve estabelecer os valores de contribuição mensal dos grupos, a ser repassada à Regional. Esta retém sua parte, 50% (cinquenta por cento), repassando os outros 50% (cinquenta por cento) à Coordenação Nacional, trimestralmente.

Parágrafo único: A destinação da arrecadação será para a manutenção financeira da ADS, cabendo à Coordenação Nacional prover o material de estudo e formação, repassando-os às Coordenações Regionais, que os distribuirão aos grupos.

Art. 58. O membro não responde individualmente pelas obrigações financeiras assumidas pela Associação.

CAPÍTULO SÉTIMO: DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

“ A Igreja Católica não é um corpo inanimado, mas um organismo vivo. Imutável em sua essência, ela assume constantemente novas formas, num processo de contínuo rejuvenescimento. O Espírito Santo, que a anima, suscita nela, em cada época, instituições apropriadas, de acordo com as necessidades do tempo, em resposta aos desafios da época.”

(CIP 20,p.5)

Art. 59. A Associação tem estrutura e coordenações próprias, previstas no Estatuto Social da ADS.

Art. 60. O presente Estatuto será revisado, sempre que necessário, pela Assembleia Nacional da Associação.

Art. 61. Os eventuais casos omissos neste Estatuto são da competência da Coordenação Nacional, com a confirmação da Coordenação Geral da Colaboração Intersalvatoriana(CIS).

Jundiaí, 17 de agosto de 2014